

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

SEM INVESTIMENTO NÃO É POSSIVEL CRIAR EMPREGO QUALIFICADO NEM UMA ECONOMIA DESENVOLVIDA, O MITO DA “BAZUCA” QUE VAI RESOLVER OS PROBLEMAS DO PAÍS E O APROVEITAMENTO DEFICIENTE DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS DO “PORTUGAL 2020”

O investimento produtivo é um fator chave para criar emprego qualificado, com elevada produtividade, e também para uma economia tecnologicamente avançada e altamente competitiva. Sem isso, o desenvolvimento do país só pode basear-se em setores de baixa intensidade tecnológica, com baixos salários e baixa produtividade, de que é exemplo o turismo. Sem investimento a economia portuguesa será sempre frágil, dependente e vulnerável ao exterior. E não vale a pena fazer discursos oficiais de que “somos os melhores do mundo” como se tenta enganar os portugueses e esconder a realidade.

Quem conheça o que se verificou nos últimos anos, por ex., a nível do investimento quer publico quer privado, do ensino, do SNS, etc. não terá ficado surpreendido com os efeitos devastadoras da crise atual

UM PAIS E UM GOVERNO QUE INVESTEM MENOS DO QUE É DESTRUIDO PELO USO E PELA OBSOLESCÊNCIA, E EM QUE O STOKC DE CAPITAL POR TRABALHADOR É DOS MAIS BAIXOS DA U.E.

O quadro 1, com dados do INE, revela uma realidade dramática que tem passado despercebida.

Quadro 1 – Novo investimento (FBCF) e desgaste/destruição causada pelo uso e obsolescência (CCF)

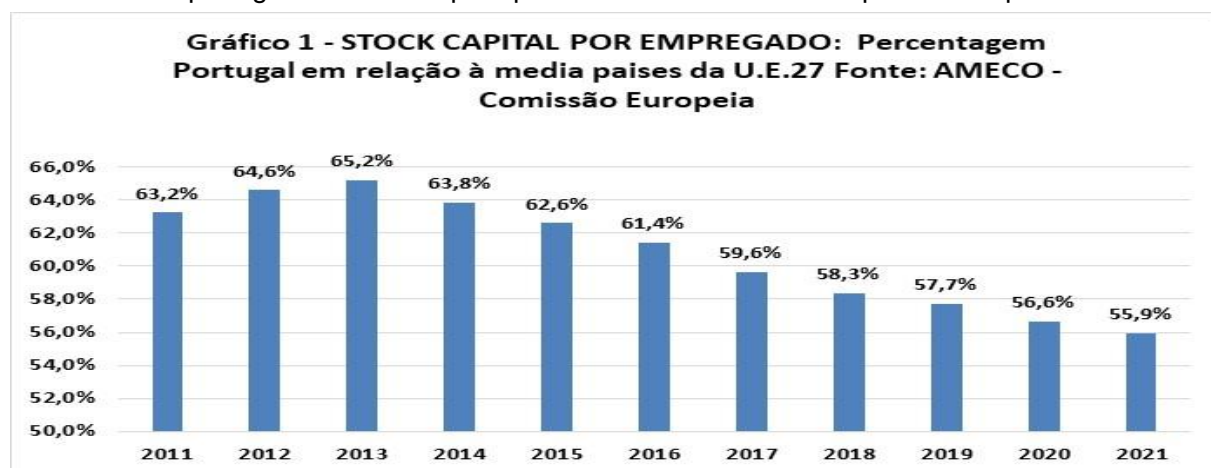
PERIODO	PAIS - Milhões € - FONTE: INE			ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-Milhões € - INE		
	FBCF (Novo Investimento)	CCF (Consumo Capital Fixo)	SALDO FBCF-CCF	FBCF (Novo Investimento)	CCF (Consumo Capital Fixo)	SALDO FBCF-CCF
2012/2015	105 681	120 998	-15 317	15 228	20 776	-5 548
2016/2019	141 335	139 459	1 875	14 072	21 564	-7 493
2012/2019	247 016	260 458	-13 442	29 300	42 341	-13 041

Segundo dados do INE, entre 2012 e 2019, o novo investimento em todo o país (*Formação Bruta de Capital Fixo*) foi inferior àquele que se desgastou/inutilizou pelo uso e obsolescência (*Consumo de Capital Fixo*) em 13.442 milhões €. O país nem conseguiu compensar o que desapareceu devido à utilização, desgaste e obsolescência. Como consequência, temos uma economia frágil, assente em baixos salários e baixa produtividade, vulnerável e dependente do exterior.

No entanto, a maior parte deste resultado deve-se ao corte brutal do investimento público como revelam também os dados do INE do quadro 1. Entre 2012 e 2019, o novo investimento público (FBCF) foi inferior ao que se inutilizou pelo uso, desgaste e obsolescência (*Consumo de Capital Fixo Público*) em 13.041 milhões €. Foi desta forma também que o duo Mário Centeno/João Leão conseguiu anular o défice orçamental e o milagre de um saldo positivo em 2019, ou seja, não modernizando os equipamentos públicos, fragilizando o SNS e a escola pública, promovendo uma economia assente em baixos salários e em baixa produtividade vulnerável e dependente do exterior

E obsessão em cortar o investimento público para conter o défice é de tal forma elevada que, em plena pandemia, o atual governo e, em particular o seu ministro das Finanças, João Leão, dos 6.447 milhões € de investimento previsto no Orçamento Suplementar de 2020 apenas foram realizados 5.002 milhões €, ou seja, um corte de 1.444,6 milhões € (-22,4%). E o próprio SNS não conseguiu escapar a esta fúria do ministro das Finanças. Dos 438,7 milhões € de investimentos previstos no SNS em 2020, apenas se realizaram 262,9 milhões €, tendo sofrido um corte de 40% (-175,8 milhões €). Portugal é um dos países da União Europeia em que o investimento público é mais baixo. Segundo o Eurostat, em 2019, o investimento público nos países da U.E. correspondeu a 3% do PIB, enquanto em Portugal representou apenas 1,9% do PIB, ou seja, apenas 63,3% da média U.E.

Como consequência, o “stock” de capital por trabalhador, ou seja, o valor dos equipamentos que os trabalhadores portugueses utilizam para produzir é cada vez menos quando comparado com a U.E.



Em 2013, o stock de capital por trabalhador em Portugal correspondia a 65,2% da média dos países da U.E.. A partir desse ano tem diminuído de uma forma contínua e a previsão da Comissão Europeia é que em 2021 represente apenas 55,9%, quase metade. É a consequência inevitável do baixíssimo investimento público e privado em Portugal. E consequentemente a produtividade tem de ser baixa como revela o gráfico 2 (*dados do INE*), e a economia é frágil e pouco desenvolvida



Como consequência do reduzido investimento feito em Portugal e, consequentemente, da aposta em atividade de baixa intensidade tecnológica, a produtividade aparente do trabalho em Portugal tem diminuído. Entre 2013 e 2019, a riqueza anual criada em média por trabalhador (*PIB por trabalhador*) passou de 48.009€ para 47.038€ (-2%). E em 2020, deve ter sido um ano ainda pior devido à desorganização que a pandemia causou à economia e a toda a Administração Pública.

EMBORA INVESTINDO MUITO POUCO, PORTUGAL FOI INCAPAZ DE UTILIZAR ATEMPADAMENTE OS FUNDOS COMUNITÁRIO DO QUADRO 2014/2020, DESIGNADO POR “PORTUGAL 2020”

O governo e os seus defensores nos media têm falado muito da “bazuca”, como ela fosse o milagre que irá resolver todos problemas do país, não só os causados pela pandemia, mas também o seu atraso crónico. No entanto, é importante por os pés na realidade e não criar falsas expectativas. Não considerado as verbas do próximo quadro comunitário que Portugal irá receber (2021/2027), a “bazuca” reduz a cerca de 30.000 milhões €, dos quais 15.000 milhões € são empréstimos. Como o governo já disse que não vai pedir mais empréstimos para não aumentar ainda mais a já enorme dívida pública (267.083 milhões € em nov.2020, segundo o Banco de Portugal) ficam cerca de 15.000 milhões €, dos quais 12,9 mil milhões € a fundo pedido. Mas ninguém pense que Portugal receberá este dinheiro e o poderá distribuir como entender. Ele está associado a severas condições de controlo por parte da Comissão Europeia e também pelos outros países no Conselho Europeu. E a nível de utilização e execução dos fundos comunitários Portugal tem revelado incapacidade de execução atempada como provam os dados de execução do “Portugal 2020” (período 2014/2020). Ver quadro 2.

Quadro 2- Nível de execução do quadro plurianual 2014/2020 financiado pela U.E. “Portugal 2020”

PORTUGAL 2020 PROGRAMAS OPERACIONAIS	PORTUGAL 2020 Fundos comunitários atribuídos a Portugal para o período 2014/2020 Milhões € (1)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (o que estava previsto executar ou utilizar de Fundos Comunitários em cada ano) - Em Milhões €							EXECUTADO (despesa executada) De 2014/2020 (9)	FUNDOS COMUNITÁRIOS QUE FICARAM POR UTILIZAR ATÉ DEZEMBRO DE 2020 (10) = (1) - (9)	TAXA DE EXECUÇÃO até dez. 2020 (11) = (9) : (1)
		2014 (2)	2015 (3)	2016 (4)	2017 (5)	2018 (6)	2019 (7)	2020 (8)			
POCI- Competitividade e Internacionalização	4 414	593	605	618	630	643	656	669	2 546	1 868	57,7%
POTISE- Inclusão Social e Emprego	2 130	380	358	267	273	278	284	289	1 390	740	65,3%
POCH - Capital Humano	3 096	416	425	433	442	451	460	469	2 265	831	73,2%
POSER- Sustentabilidade e Eficiência de Recursos	2 253	301	308	315	322	329	336	342	1 001	1 252	44,4%
PORN- Programa Regional do Norte	3 379	454	464	473	482	492	502	512	1 420	1 959	42,0%
PORC- Programa Regional do Centro	2 155	290	296	302	308	314	320	326	880	1 275	40,8%
PORL- Programa Regional de Lisboa	833	94	101	123	125	128	130	133	350	483	42,0%
PORA- Programa Regional do Alentejo	1 083	146	149	152	155	158	161	164	433	650	40,0%
PORAL-Programa Regional do Algarve	319	41	43	45	46	47	48	49	134	184	42,1%
POAC-Programa Açores	1 140	151	155	160	163	167	170	173	719	421	63,1%
POM- Programa Madeira	403	52	54	57	58	60	61	62	253	150	62,8%
PDRC- Programa Desenvolvimento Rural Continente	3 114	159	391	511	512	513	514	514	2 752	361	88,4%
PRORURAL- Prog. Des. Rural dos Açores	295	42	42	42	42	42	42	42	235	60	79,6%
Programa Desenvolvimento Rural da Madeira	179	26	26	26	0	0	0	102	109	71	60,5%
PO MAR	392	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	183	210	46,6%
SOMA	25 185	3 144	3 415	3 524	3 559	3 620	3 683	3 848	14 670	10 515	58,2%

FONTE:PORTUGAL 2020 - Programas Operacionais PORTUGAL 2020 e Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia - Nº 21, 30 de junho 2020 - ADC I.P.

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

Como revelam os dados oficiais da monitorização do “Portugal 2020”, que é o Quadro Plurianual 2014/2020 financiado pela União Europeia, dos 25.185 milhões de fundos comunitários atribuídos a Portugal, no fim de 2020 apenas estava executado um valor correspondente a 58,2%, estando ainda por executar 10.515 milhões €.

Programas operacionais fundamentais financiados pela União Europeia para promover o investimento e a modernização das empresas e o desenvolvimento do país como são o **PO – Competitividade e internacionalização** que se destina ao investimento e modernização das empresas a sua taxa de execução no fim de 2020 era apenas 57,7%, estando por utilizar 1.868 milhões € de fundos comunitários; o **POCH – Capital Humanos**, fundamental para aumentar a qualificação dos trabalhadores portugueses (*cerca de 40% dos trabalhadores empregados têm apenas o ensino básico ou menos*) a taxa de execução no fim de 2020 era apenas 73,2%, estando por utilizar 831 milhões € de fundos comunitários; etc.; etc. E Portugal, para poder utilizar o que resta do “Portugal 2020” até 2023 terá de obter autorização União Europeia

A questão que se coloca naturalmente é esta: Como é que Portugal com esta baixa capacidade de utilização/realização atempada de fundos comunitários, como o Portugal 2020 prova mais uma vez, terá capacidade para executar/aproveitar simultaneamente os 10.515 milhões € que faltam utilizar do “Portugal 2020” (*Quadro Plurianual 2014/2020*), os fundos da “bazuca” (*Mecanismo de Recuperação e Resiliência Europeu*) mais os fundos comunitários do Quadro Plurianual 2021/2017? E a tudo isto junta-se a desorganização causada nas empresas, na Administração Pública, na economia e no próprio pelo “COVID 19”

E ninguém pense que Portugal receberá o dinheiro da “bazuca” e o poderá distribuir como entender. Ele está associado a severas condições de controlo por parte da Comissão Europeia e também pelos outros países no Conselho Europeu, nomeadamente os chamados “frugais” que são países cujos elevados saldos positivos da sua Balança de Pagamentos são alimentados pelos saldos negativos das balanças dos países mais frágeis da U.E. E isto já para não falar da Holanda que funciona como um autêntico paraíso fiscal de empresas a operar em Portugal que lá abrem as suas sedes para não pagar impostos sobre dividendos em Portugal porque lá são muito mais baixos.

Finalmente interessa recordar mais uma vez que os 25.185 milhões € de fundos europeus atribuídos a Portugal pela U.E. no quadro plurianual 2014/2020 – o chamado “**Portugal 2020**” - não resolveram os graves problemas de falta de investimento que o país necessitava para se modernizar como mostramos. O crescimento económico nos últimos anos baseou-se em pouco investimento, mas mais trabalhadores, mas com menos produtividade e em baixos salários, de setores de baixa tecnologia como é o turismo. A continuar isto não sairemos do círculo vicioso de atraso em que o país tem vivido. E não serão mega projetos como o hidrogénio verde, e o TGV , etc. que agora estão na moda, à semelhança da febre de autoestradas e estádios de futebol no passado, que farão sair o país do estado de atraso em que se encontra.

Mais uma vez é importante lembrar que é necessário não ter ilusões nem criar falsas expectativas. A solução dos problemas de Portugal reside fundamentalmente no investimento, na organização, no trabalho, na qualificação, no esforço, na criatividade e mesmo no sacrifício dos portugueses. **NINGUEM RESOLVERÁ OS NOSSOS PROBLEMAS A NÃO SER NÓS.**

E é também preciso ter a coragem de dizer, mesmo neste momento difícil que o país enfrenta em que o governo e a comunicação social só falam de infetados e mortes causadas pelo COVID, que há muitas mais mortes causadas por outras doenças letais (*oncológicas, cardíacas, etc.*) devido à falta de assistência médica pois os escassos recursos do SNS estão canalizados para o COVID 19, e que o colapso económico e social do país pode ser tão ou ainda mais letal que o próprio “*Coronavirus*”, pois os seus efeitos dramáticos prolongar-se-ão por não poucos anos apesar das previsões otimistas oficiais de uma recuperação fácil e rápida que são desmentidas continuamente pela realidade e pela vida. E isto até porque, contrariamente ao que afirma o governo e os seus defensores na comunicação social, o SNS não tem todos os meios (*profissionais, equipamentos e outros*) que precisa para combater com rapidez a pandemia. E há também a economia. E dela continuaremos a falar. E isto porque milhões de portugueses já estão a passar muito mal (*perda de emprego e de salários, quebra de rendimentos e até falta de comida para eles e filhos se alimentarem*) devido à crise que abala a economia e não são os escassos subsídios e apoios que o Estado dá ou pode dar, até porque há limites a esses apoios pois sem atividade económica e empregos o Estado não tem receitas, que resolverão esta dramática situação. Esquecer, ignorar ou silenciar, como acontece nos media, o drama em que já vivem milhões de portugueses (*os esquecidos*) devido à situação da economia e só falar do “COVID”, como mais nada de importante existisse, é, para mim, incompreensível.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt, 13-2-2021